

Coluna do Castello

ANC
p8 e

A marcha da insensatez

HÁ um livro da escritora norte-americana Barbara Tuchman, *A Marcha da Insensatez* (já traduzido para o português) que vem sendo intensamente lido pelos interessados na evolução da situação brasileira.

Segundo a autora, a marcha da insensatez caracteriza-se quando se conjugam três circunstâncias em torno de uma situação crítica: 1) existência de alternativa para solucionar o problema; 2) advertências sobre os riscos da evolução da crise e a possibilidade de evitá-los; 3) persistência na solução criticada.

Alguns leitores acham que essa marcha se caracteriza no Brasil de hoje. Mas há opções alternativas para localizá-la, conforme se verá.

1. Primeira situação. Está reunido um congresso, **double** de Assembléia Constituinte, incumbido de elaborar uma nova Constituição. Segundo o entendimento histórico, a transição do regime autoritário para o regime democrático será administrada pelo governo e pelo Congresso, isto é, o presidente da República continuaria a governar segundo as normas da Constituição a ser mudada e ao Congresso se reservaria a responsabilidade de introduzir qualquer modificação no texto constitucional até que se promulgue a nova Constituição.

É curioso que a nova Constituição estará pronta em poucos meses, mas essa perspectiva não satisfaz aos constituintes que são também deputados e senadores mas optam pela primeira das qualificações. A Constituinte deseja afirmar-se desde já como o poder soberano e legítimo, único oriundo do voto popular (único em referência ao Poder do presidente). Ela quer, por antecipação suprimir ou modificar pelo voto da maioria e mediante atos constitucionais (atos institucionais) a atual Constituição ainda maculada por dispositivos ditatoriais como supressão de prerrogativas parlamentares, estado e situação de emergência, etc. O líder do governo tenta negociar a elaboração de tais mudanças pelo Congresso. Suas negociações estão em curso mas o poder constituinte não dá sinais de pretender abrir mão da sua soberania.

A essa circunstância acresce que a maioria dos membros da Constituinte, não só os dos partidos minoritários de esquerda como a maioria do principal partido, o PMDB, deseja intervir nos atos de gestão governamental, impondo a decretação de moratória na negociação da dívida externa. Para tanto tem o apoio dos sindicatos. A decretação de moratória envolve a decisão de levar o país a um sacrifício consentido de dois a três anos na sua economia interna a fim de que os benefícios se produzam. A administração de sacrifícios exige um governo forte, capaz de domar os ímpetos rebeldes da população e das classes que se julgam prejudicadas.

A Constituinte deseja também antecipar o prazo de governo do Sr José Sarney, convocando para este ano, antes mesmo de votada a nova Carta, eleição direta para a sucessão presidencial.

Essas três diretrizes firmam-se no pensamento da Constituinte e sobre elas o governo se detém tentando demovê-la de atitudes e decisões que se chocariam com o poder que tutela a transição política e a administra, enquanto a Constituinte o permitir. Esse poder que se opõe à antecipação de reformas, à moratória e à redução imediata do mandato presidencial compõe-se do governo, do empresariado, das Forças Armadas e dos segmentos liberais e conservadores do Congresso. Isso envolve na operação planejada um risco definido e as advertências têm sido feitas.

Mas há sinais de persistência dessa tendência aparentemente dominante na Constituinte.

2. Segunda situação. A situação econômico-financeira evoluiu a um ponto crítico que está a exigir uma revisão em profundidade da política oficial. Há os que preconizam a volta (impossível neste momento) aos métodos ortodoxos de combate à inflação e há os que, como o presidente, insistem em manter a filosofia do choque heterodoxo, renovando-o para tentar em novo patamar a estabilização da economia. Os jovens economistas que bolaram o Plano Cruzado já abandonaram o governo. Eles atribuem a erros de administração do projeto, sobretudo ao retardamento das correções, que deveriam ter sido feitas a partir de junho do ano passado, a reparição da inflação com todos os seus males. Faltou-lhes poder para gerir o plano.

O ministro Funaro, que continua a fazer a cabeça do presidente, entende, no entanto, que, tal como ocorreu em Israel e na Argentina, a experiência pode ser renovada, com revisão dos erros cometidos, tanto mais quanto não há eleição à vista este ano, fator que sempre perturba os gerentes da economia. Os **Menudos** não crêem que os assessores João Manoel e Beluzzo, que se limitaram a enfeitar o Cruzado I com o gatilho salarial e outros berloques do agrado do PMDB, estejam em condições de administrar uma nova etapa do plano. Seria necessária uma troca de equipes, que o governo não se dispõe a fazer simplesmente porque a assessoria em ação é a da confiança do ministro Funaro, que continua a alimentar o otimismo e a esperança do governo.

Haveria, portanto, alternativa e há advertência, mas prevalece a decisão do presidente de persistir com o plano e com o comando da sua execução.

Carlos Castello Branco

ANC 88
Pasta 15 a 19
fev/87
004